

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
REVISTA JURÍDICA IN VERBIS
CONSELHO EDITORIAL DA 46ª EDIÇÃO

Processo Seletivo Edital 01/2019
Resultado da Seleção Formal

A **REVISTA JURÍDICA IN VERBIS**, por meio de seu Conselho Editorial, com sede no Setor de Aulas I, Campus Universitário Central da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, localizado em Lagoa Nova, CEP: 59072-970, Natal – RN, torna pública a lista de **ARTIGOS APROVADOS NA SELEÇÃO FORMAL** de trabalhos científicos para a 46ª edição do periódico, cuja materialização dar-se-á em observância com as especificações e disposições contidas no Edital 01/2019, previamente publicado.

Cumprе frisar, precipuamente, que todos os critérios norteadores considerados para a análise formal dos artigos submetidos foram extraídos das normas previstas no Edital 01/2019, no Guia de Normas, assim como no Artigo Modelo. Destarte, após o prazo de 72 (setenta e duas) horas para interposição de recursos ao Resultado Preliminar da Seleção Formal divulgado em 29 de junho de 2019, arrolamos, a seguir, os títulos dos artigos aprovados e que, portanto, serão analisados na Seleção Material, próxima etapa do Processo Seletivo.

ARTIGOS APROVADOS – SELEÇÃO FORMAL
O ASPECTO RESTRITIVO DA AÇÃO PENAL 937 COMO GARANTIA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA PARA SENADORES E DEPUTADOS FEDERAIS
A BANALIZAÇÃO DO PROCESSO DE TIPIFICAÇÃO PENAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA, DA LEI 11.343/06 E DA CRISE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO
OS DIREITOS DA PERSONALIDADE DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS NA CONTEMPORANEIDADE

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE: EFEITOS PSICOSSOCIAIS, FALÊNCIA E O DILEMA DA PERPETUIDADE
DA CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTENTICIDADE ELEITORAL
A PROBLEMÁTICA DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS SOB A ÓTICA DO DIREITO BRASILEIRO
A ARBITRAGEM COMO MÉTODO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PÓS REFORMA TRABALHISTA
UMA ANÁLISE DO ÁGIO INTERNO A PARTIR DO “CASO GERDAU” E DA LIBERDADE ECONÔMICA RESGUARDADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
A PROIBIÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DA CRIMINALIZAÇÃO CULTURAL E INEFICÁCIA
A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA UNIÃO ESTÁVEL PUTATIVA
DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS, AVANÇOS E TENDÊNCIAS LEGISLATIVAS
ANENCEFALIA E ALIMENTOS GRAVÍDICOS: DESNECESSIDADE DA VIABILIDADE FETAL PARA O DEFERIMENTO DE SUBSÍDIOS GESTACIONAIS
OS REFLEXOS DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA DE COTAS TRABALHISTAS
INTERESSE PÚBLICO VS INTERESSE PRIVADO – UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DAS “BANCADAS” PARLAMENTARES
O CASO CAMBRIDGE ANALYTICA COMO RESULTADO DA ASCENSÃO DAS REDES SOCIAIS EM UMA MODERNIDADE LÍQUIDA
A NECESSIDADE DA DESPENALIZAÇÃO DOS CRIMES CONTRA A HONRA
CRIMES CONTRA A ORDEM SEXUAL A PROTEÇÃO DA VÍTIMA FACE À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA DO ACUSADO
O INSTITUTO DO PLEA BARGAIN DENTRO DA JUSTIÇA PENAL INTERNACIONAL
AÇÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS: REFLEXÕES ACERCA DO EXERCÍCIO DO CONTRADITÓRIO E DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NAS DEMANDAS PROBATÓRIAS AUTÔNOMAS

O COMPLIANCE PÚBLICO NAS EMPRESAS ESTATAIS À LUZ DA LEI 13.303/16: NOVOS MECANISMOS DE COMBATE À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
A MEDIAÇÃO COMO MEIO DE ACESSO À JUSTIÇA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO
BANDIDO BOM É BANDIDO MORTO (?): A INEFICÁCIA DA APLICAÇÃO DA PENA DE MORTE PARA CRIMES DE DROGAS PELO MUNDO
EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DE REMÉDIOS ANTITRUSTE EM ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA
DEMOCRACIA E ELEIÇÕES BRASILEIRAS NO CONTEXTO DAS FAKE NEWS
CONTRATO DE ADESÃO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E FUNÇÃO SOCIAL
A INCONSTITUCIONALIDADE DA PEC 45/2019 EM FACE À AUTONOMIA DOS ENTES FEDERATIVOS: UMA ANÁLISE ACERCA DO IBS
DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL: A SALVAGUARDA DE DIREITOS AMBIENTAIS PELO ESTADO ANALISADA SOB A ÓTICA PRINCIPIOLÓGICA
ACORDOS INTERNACIONAIS CONTRA A BITRIBUTAÇÃO: UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO JURÍDICA PARA A ELISÃO FISCAL DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS
ANÁLISE DO DIREITO AO ESQUECIMENTO SOB O PRISMA DA REELEIÇÃO: UM ESTUDO FUNDAMENTADO NA JURISPRUDÊNCIA E NO PODER INTERPRETATIVO DO JUDICIÁRIO
A EVOLUÇÃO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL: DAS AMARRAS DA LEI À LIBERDADE (RE)CRIATIVA
A HISTÓRIA DA CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA ARGENTINA NO SÉCULO XIX E SUAS POSSIBILIDADES INVESTIGATIVAS (1853-1863)
O REGIME JURÍDICO DA TRIBUTAÇÃO DO ISSQN EM RELAÇÃO ÀS SOCIEDADES PROFISSIONAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE O MUNICÍPIO DO NATAL
O EFEITO CLIQUET E O DIREITO À EDUCAÇÃO: A VEDAÇÃO AO RETROCESSO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS
SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E O MÉTODO APAC: CAMINHOS E POSSIBILIDADES

A CRIMINOLOGIA FEMINISTA E O ENCARCERAMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE O SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ENCARCERAMENTO MASSIVO - INCONSISTÊNCIA CIENTÍFICA DA IMAGINADA CORRELAÇÃO COM A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE CRIMINALIDADE
A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO NASCITURO NO JULGAMENTO DA ADI Nº5.938/DF
A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO FORMA DE RESPONDER AOS CONFLITOS QUE ENVOLVEM VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CRIMINALIZAÇÃO DA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL
O REFLEXO DO RACISMO ESTRUTURAL NA ATUAÇÃO DOS AGENTES ESTATAIS E NO ORDENAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO BRASILEIRO
LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO SOB A PRERROGATIVA DE INTERESSE PÚBLICO
A REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMO UM INSTRUMENTO DE (IN)GERÊNCIA NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
REFORMA DAS ALÍQUITAS DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA: UM INSTRUMENTO DE JUSTIÇA FISCAL?
PRECEDENTES VINCULANTES E MUDANÇA JURISPRUDENCIAL: UM DIÁLOGO ENTRE A SEGURANÇA JURÍDICA E O OVERRULING SOB A ÓTICA DO CPC/15
O SUICÍDIO E O DIREITO CIVIL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A RESPEITO DAS SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTRATO DE SEGURO DE VIDA E A SÚMULA 610 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AS IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA NA NATUREZA JURÍDICO-TRIBUTÁRIA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
DIREITO EM LITERATURA: UMA ANÁLISE JUSFILOSÓFICA DA MORAL E DOS IMPULSOS À TRANSGRESSÃO DA LEI EM CRIME E CASTIGO
FUNDAMENTOS LEGAIS DAS DEMANDAS ESTRUTURANTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
A JUVENTUDE NAS PERIFÉRIAS CARIOCAS: O CRIME ORGANIZADO ENQUANTO REFLEXO DA MITIGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS



REVISTA JURÍDICA DA UFRN
in verbis

Natal/RN, 03/07/2019

O Conselho Editorial